

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 207 – 12/07 à 16/07/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Encontro nacional de SST na construção será em 21 e 22 de julho](#)

Revista Proteção - 15/07/2021

A CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e o Sesi Nacional realizarão on line, nos dias 21 e 22 de julho, o [6º Encontro Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho \(SST\) na Indústria da Construção](#). Na ocasião, será lançada a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção – Canpat Construção 2021, com o tema “Segurança e Saúde no Trabalho: um Valor para a Construção e para o Brasil”. [Inscreva-se](#).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Nexo Técnico Epidemiológico não serve para comprovar doença ocupacional de auxiliar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/07/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu decisão que julgou improcedente o pedido de reconhecimento de doença ocupacional feito por auxiliar de produção da Videplast Indústria de Embalagens Ltda. que desenvolveu tendinite no ombro esquerdo. Apesar de o Nexo Técnico Epidemiológico da Previdência Social prever a relação entre a doença e o trabalho, prevaleceu prova pericial que não identificou a tendinopatia como doença ocupacional derivada da atividade realizada na indústria de embalagens. No caso, o colegiado também negou o pagamento de indenizações por danos materiais e morais, a estabilidade provisória acidentária e a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

### [Mãe que faltava ao trabalho para amamentar filha tem justa causa revertida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2021

Uma auxiliar de produção da Kromberg e Schubert do Brasil Ltda., em Mafra-SC, demitida por faltar ao serviço, teve justa causa revertida pela Justiça do Trabalho. A decisão é da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou o recurso da empresa com pedido para manter a penalidade. Os ministros entenderam que a Kromberg cometeu ilegalidade ao não fornecer local onde a trabalhadora pudesse amamentar a criança.

### [Sindicato pode substituir trabalhadores em ação judicial para cobrar horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o sSindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas da região de Sumaré (SP) tem legitimidade ativa para, como substituto processual, apresentar reclamação trabalhista contra a Villares

Metal S.A. pedindo o pagamento de horas extras a empregados representados na ação. Os ministros destacaram que, nos termos da Constituição da República, aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive, em questões judiciais ou administrativas.

### [Empresa é condenada a anular demissão e reintegrar funcionário deficiente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/07/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Vale S.A., condenada a reintegrar um ferroviário em vaga destinada a pessoas deficientes. A Vale teria dito que não conseguia cumprir a cota legal por falta de qualificação, mas, mesmo assim, dispensou o trabalhador. O colegiado entendeu que a empresa não comprovou ter atendido aos requisitos da lei para ter o direito de demitir o empregado.

### [Guarda com câncer de próstata obtém reconhecimento de dispensa discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o caráter discriminatório da dispensa efetuada pela Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança contra um guarda de valores acometido de câncer de próstata. A despedida ocorreu logo após o retorno dele de afastamento previdenciário. Conforme o colegiado, a doença já foi considerada grave e estigmatizada de acordo com decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST.

### [Operador consegue afastar prescrição declarada, de ofício, por juiz de primeiro grau](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/07/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a prescrição declarada, de ofício, pelo juízo de primeiro grau sobre os direitos que um operador de máquina cobrou da Alptec do Brasil Ltda. De acordo com os ministros, o dispositivo do Código de Processo Civil que permite ao juiz declarar, de ofício, a prescrição não tem aplicação subsidiária no Direito Processual Trabalho, pois contraria princípio desse ramo do Direito.



## Notícias do Executivo

### [Benefício Emergencial alcança três milhões de acordos](#)

Ministério da Economia - 16/07/2021

O Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda alcançou a marca de 3 milhões de acordos celebrados entre trabalhadores e empresas em 2021. A iniciativa é da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e conta com a parceria com a Empresa Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev). São cerca de 2,5 milhões de empregadores e 615 mil de trabalhadores envolvidos nos acordos.

### [Receita Federal alerta sobre inconsistências nas declarações de imposto de renda 2021](#)

Ministério da Economia - 14/07/2021

A Receita Federal começa o Projeto Cartas 2021. O objetivo é avisar aos contribuintes que, em caso de erro na declaração apresentada, este é momento para providenciar a correção, enviando uma declaração retificadora. O Projeto Cartas começa mais cedo neste ano. As 550 mil cartas serão enviadas ao longo do mês de julho até a primeira semana de agosto. Em anos anteriores, essas cartas eram enviadas nos meses de setembro e outubro.

### [INSS cria serviço de Atendimento Especializado](#)

Ministério da Economia - 12/07/2021

A [Portaria N° 908, de 9 de Julho de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (12/7), cria o novo serviço “Atendimento Especializado” do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O objetivo é gerar um agendamento para atendimento presencial de demandas que não podem ser resolvidas pelos canais remotos do Instituto.

### [Ensaio discute futuro do teletrabalho após Covid-19](#)

Fundacentro - 13/07/2021

A Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), da Fundacentro, traz mais uma publicação do Dossiê “A pandemia da Covid-19 e a Saúde do Trabalhador”: [“O futuro do trabalho após a COVID-19: o papel incerto do teletrabalho no domicílio”](#). O objetivo do ensaio é “refletir sobre o significado, a magnitude e as tendências do teletrabalho no domicílio, antes e durante a pandemia, enfatizando seus potenciais efeitos na saúde e no bem-estar dos trabalhadores”.

### [Fundacentro realiza primeira Conversa Intramuros](#)

Fundacentro - 13/07/2021

A Fundacentro realizou a Conversa Intramuros, encontro interno para o compartilhamento, debate e reflexões sobre os projetos da instituição em andamento. No primeiro encontro, em formato virtual no dia 22 de junho, estiveram em pauta a avaliação de riscos de nanomateriais; a exposição ocupacional ao calor a céu aberto; os impactos do processo de remoção de amianto; e a prevenção na pequena empresa.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT em Pernambuco participa de reunião interinstitucional para debater formas de combate ao trabalho infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/07/2021

O procurador do Trabalho Leonardo Mendonça participou, na última segunda-feira (12), de reunião promovida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) para debater ações de enfrentamento ao trabalho infantil. Na ocasião, foi colocada em pauta a expansão de projetos que combatem a exploração de crianças e adolescentes, como o Jovem Aprendiz, que possibilita oportunidades de inclusão social para jovens que conseguiram o primeiro emprego.

# eSocial

## Notícias do e-Social

[eSocial Simplificado: veja como será a implantação dos módulos WEB](#)

eSocial - 12/07/2021

Além do Ambiente Nacional do eSocial, que recebe os eventos dos empregadores, também os módulos WEB passarão por um período de transição entre as versões do sistema. As diversas alterações e simplificações do Novo eSocial Simplificado refletirão nos módulos web. Como já [divulgado](#), será necessária uma parada programada (dividida em duas fases) para a implantação da nova versão no Ambiente Nacional.

## Outras Notícias

### [Justiça reverte justa causa de trabalhadora que foi suspensa e dispensada em seguida](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2021

Um mesmo fato não pode motivar duas punições. Com esse entendimento, a 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região manteve a reversão da justa causa de uma trabalhadora que foi punida com suspensão e dispensada dias depois.

### [Indenização por acidente de trabalho não compõe patrimônio comum do casal](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2021

As verbas decorrentes de acidente de trabalho não compõem o patrimônio comum do casal. O entendimento é da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo ao negar pedido de uma mulher pelo reconhecimento, como patrimônio comum do casal, da indenização por acidente de trabalho recebida pelo ex-marido.

### [Auxílio-acidente começa no dia seguinte ao fim do auxílio-doença que lhe deu origem](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2021

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos especiais repetitivos ([Tema 862](#)), fixou a tese de que o marco inicial do auxílio-acidente deve recair no dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença que lhe deu origem, como determina o [artigo 86, parágrafo 2º, da Lei 8.213/1991](#), observando-se, se for o caso, a prescrição quinquenal de parcelas do benefício.

### [Empresa não fornece máscara e álcool em gel e justa causa do empregador é mantida](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2021

Não fornecer máscara ou qualquer tipo de material para a higiene do local de trabalho e



e das mãos, considerando a epidemia de Covid-19, configura exposição desnecessária do trabalhador a elevado risco de saúde.

### [Confirmada justa causa de empregada que foi a festa durante período de atestado](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2021

Em face de comportamento desidioso e ímprobo de empregado, cabe demissão por justa causa. Nesse contexto, os desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região entenderam pela manutenção da sentença que indeferiu o pedido de afastamento da despedida motivada e de reintegração ao emprego de uma empregada de uma fundação pública.



## Atos Normativos

[PORTARIA INSS N° 908, DE 9 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 12/07/2021 Seção I Pág. 37) - Cria o serviço “Atendimento Especializado”, destinado ao atendimento nas Agências da Previdência Social;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT/STRAB N° 75, DE 12 DE JULHO DE 2021](#) (DOU 13/07/2021 Seção I Pág. 21) - Autoriza o atendimento presencial ao público externo nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho e das Gerências Regionais do Trabalho que especifica. (Processo n° 19964.102188/2021-01);

[RESOLUÇÃO CSMPT N° 185, DE 21 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 14/07/2021 Seção I Pág. 83) - Cria os Grupos de Atuação Especial Trabalhista no âmbito do Ministério Público do Trabalho e dá outras providências;

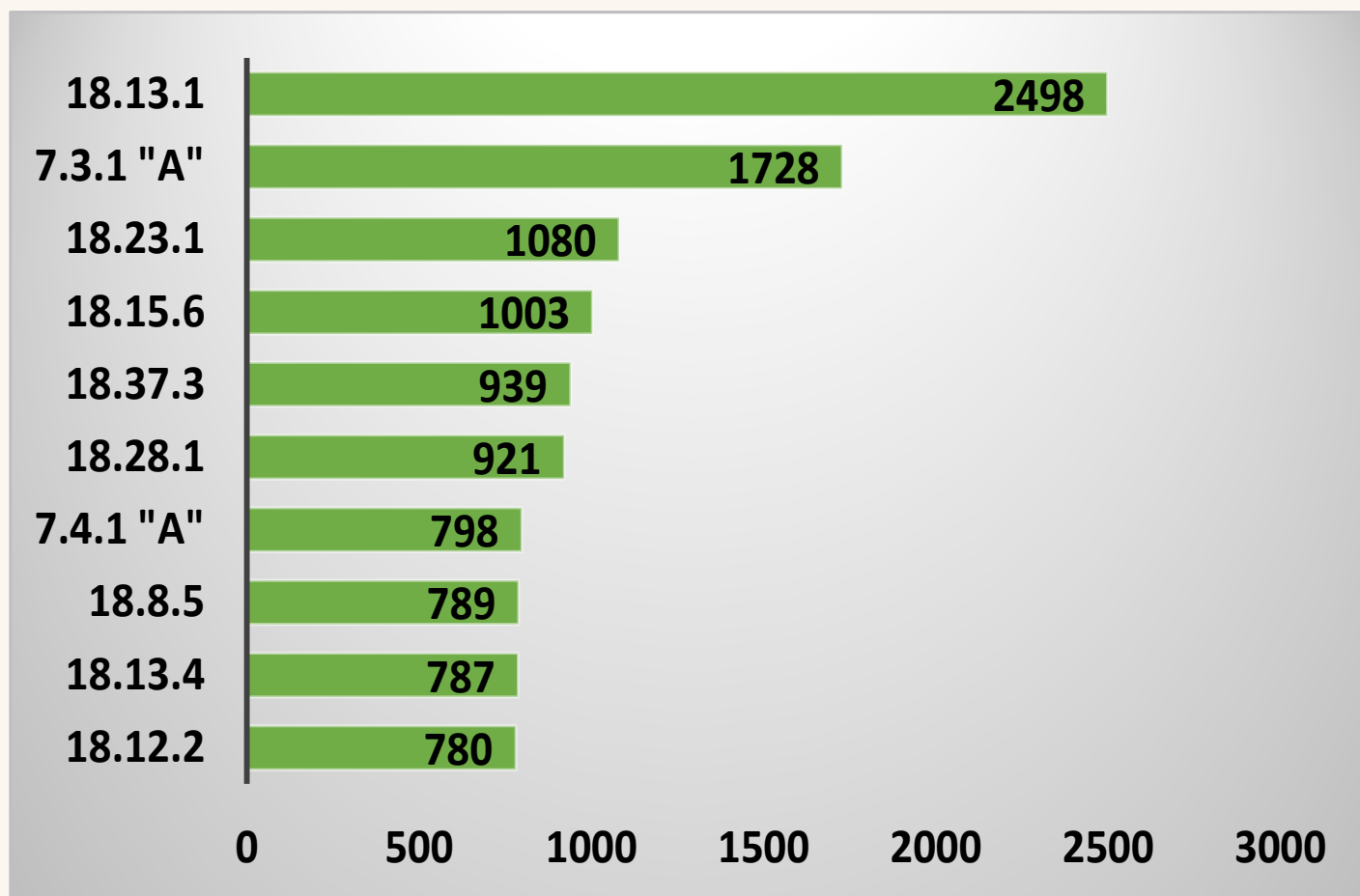
[PORTARIA SEPRT/ME N° 8.560, DE 15 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 16/07/2021 Seção I Pág. 20) - Anula os incisos XXXIII e XLVII do art. 2º da Portaria SEPRT n° 1.067, de 23 de setembro de 2019, e revoga os arts. 2º a 4º da Portaria MTb n° 252, de 10 de abril de 2018. (Processo n° 19966.100097/2021-11);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.039, DE 14 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 16/07/2021 Seção I Pág. 21) - Prorroga o prazo de transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2020.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/mai):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Regularizado na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

**7.4.1** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

**a)** admissional;

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**18.12.2** As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*